

CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DOS CONFLITOS CLASSISTAS: EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO NEODESENVOLVIMENTISTA.

Processo de produção que deu origem ao trabalho: avanço de investigação em curso

GT- 18: Reestructuración productiva, trabajo y dominación social

Angela Santana do Amaral

RESUMO:

O trabalho aborda o contexto atual das lutas dos trabalhadores no Brasil, particularmente no Nordeste brasileiro, onde se situam grandes obras de infraestrutura e os megaprojetos de desenvolvimento que integram o Programa de Aceleração de Crescimento-PAC, do governo federal. A dinâmica de crescimento econômico observada na economia do Nordeste tem produzido formas de organização dos trabalhadores e estratégias de resistência que se movem em um terreno permanente de tensões e de questionamentos em relação à legitimidade e à representação sindical dos trabalhadores. Nesse contexto, a direção sindical majoritária, caracterizada por práticas políticas burocráticas e apartadas das reais necessidades dos trabalhadores, tem atuado na perspectiva de judicialização das demandas, não apostando nas potencialidades e na direção classista dos movimentos grevistas.

PALAVRAS-CHAVES: trabalho, sindicalismo, neodesenvolvimentismo

O debate sobre o novo desenvolvimentismo, propagado por inúmeros governantes de países latino-americanos e seus intelectuais, tem orientado a programática política, os discursos e a agenda social que caracterizam tais governos. Nesse contexto, a ideia de que é possível conciliar crescimento econômico com compromisso social se espraia para o conjunto da sociedade, conformando um consenso em torno das alternativas engendradas pelos chamados setores da esquerda progressista para enfrentar as consequências das longas décadas neoliberais.

O argumento que invoca a possibilidade de equilíbrio entre o dinamismo econômico e a igualdade social está assentado em conceitos como oportunidades, capacidades individuais, equidade, sustentabilidade. Na nossa compreensão, tais noções, parecem deslocar o sentido da desigualdade inerente às relações capitalistas para o campo das possibilidades de melhor distribuição da riqueza gerada pela superexploração do trabalho e pelos recursos da natureza.

Trata-se, portanto, de um modelo econômico que supõe uma intervenção no campo das políticas sociais compensatórias, de que são exemplos os programas de transferência de renda instituídos em quase todos os países latino-americanos, os quais assumem a centralidade das políticas, em substituição ao direito ao trabalho. É exatamente esse movimento que tem conseguido formar uma cultura e uma ideologia que estimulam e referenciam as práticas de empreendedorismo, da economia solidária, do autoemprego, da empregabilidade como alternativas que se situam nos marcos de uma proposta inovadora para fazer face aos efeitos da destrutividade neoliberal e de um novo contexto, onde capital e trabalho não são incompatíveis.

Toda essa discussão permeia o debate sobre o *boom* de desenvolvimento identificado na região do Nordeste do Brasil, em particular no estado de Pernambuco, lócus de vultosos investimentos alocados em empreendimentos industriais, cuja característica é a absorção de uma intensa e massiva

força de trabalho para responder às necessidades de expansão dos negócios e dos grandes empreendimentos transnacionais.

Estima-se que um contingente de mais de 30 mil trabalhadores vem ocupando a região e seu entorno, formado por cidades que estão encrustadas em uma região historicamente marcada pela cultura do cultivo da cana de açúcar e, portanto, com uma forte tradição rural.

A partir da década de 60, o processo de industrialização da região Nordeste significou a modernização do parque produtivo local e a ruptura com formas anteriores de organização da produção, implicando efetivamente em uma integração da região Nordeste, de maneira complementar e subordinada ao Sudeste.

O desenvolvimento industrial da região ocorreu a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sob um contexto conturbado, marcado por uma indústria obsoleta e incapaz de enfrentar a concorrência dos produtos do Sudeste do país, secas e migrações em massa, que tornava a região um problema para o governo federal. A instauração da Sudene- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- contribuiu para atrair grande parte dos projetos de investimento, atingindo um patamar mais elevado de diversificação industrial, embora muito localizado na Região Metropolitana do Recife.

O rompimento provocado pela industrialização incentivada sobre o parque produtivo anterior da região foi discutido por Barros (1980: 196 apud LIMA):

A progressiva entrada em operação de toda uma “nova geração” de empresas no Nordeste significa autêntica ruptura com o passado industrial da região. A descontinuidade em questão pode ser assinalada de várias formas. É evidente, por exemplo, que a indústria que se instala não parte da antiga. A crise de há muito evidenciada no parque de indústrias tradicionais se prolonga, aliás, no presente. Enquanto surgem novos setores de grande vigor, prossegue o lento e penoso processo de depuração de ramos de atividades tradicionais... (1980:196)

A implantação da Sudene visava promover o desenvolvimento na região Nordeste, integrando a produção regional à economia nacional e internacional, permitindo a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões do Brasil, tornando o Estado também produtor no Nordeste, conforme aponta Oliveira (2008: 251):

A Sudene traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção “planejada” no seu programa, que se reflete nos textos das leis de sua criação e de seus planos diretores, isto é de uma tentativa de superação do conflito de classes estabelecidos entre as regiões e de uma expansão.

Esse período de incentivo à industrialização, que se iniciou nos anos 1960 e se consolidou nos anos 1970, representou a mudança do perfil industrial existente. Pernambuco se destacou em relação aos demais estados por ser, historicamente, o principal centro industrial e comercial da região.

A economia de Pernambuco, sob uma abordagem histórica, teve, até o início do século XIX, mais especificamente no período açucareiro, uma concentração de grande crescimento, no decorrer do século XX. A economia do estado passa por uma diversificação, com a formação de uma atividade industrial, e, nessa fase recebeu uma maior quantidade de projetos industriais aprovados pela SUDENE. Segundo Lima (1996), entre 1960 e 1977 Pernambuco teve 342 projetos aprovados¹. Essa trajetória vai permitir que a economia do estado assuma posição de destaque no contexto nordestino.

¹ Pernambuco foi seguido pela Bahia, com 264 projetos aprovados, e pelo Ceará, com 185.

Na segunda metade da década de 1970 a economia pernambucana começa a apresentar certo declínio. Segundo Lima, Sicsú & Padilha (2007), a partir deste período, provavelmente de forma associada à menor participação nos incentivos fiscais da SUDENE, identifica-se um período de menor dinamismo, que vem sendo recuperado nesta última década.

A partir das mudanças acima referidas, a economia pernambucana é marcada por um novo ciclo de crescimento, que vem sendo evidenciado sob o ponto de vista da reindustrialização e da modernização das atividades produtivas em um movimento que vai na contracorrente do que vem ocorrendo no Brasil, onde se discute, inclusive, o processo de desindustrialização da economia nacional ou até mesmo a sua reprimarização, bem como a queda da participação da indústria na riqueza produzida no país.

Como resultado dessa nova fase de desenvolvimento, desponta o Complexo Industrial e Portuário de Suape que ocupa um lugar privilegiado no cenário nacional, com destaque para três empreendimentos que lhe confere maior visibilidade: o Pólo Naval, com o Estaleiro Atlântico Sul e o Estaleiro Promar, o Pólo Petroquímico, com a Petroquímica Suape, e a Refinaria Abreu e Lima². A implantação desses grandes empreendimentos na região provoca profundas alterações, sejam no âmbito demográfico, urbanístico, sócio-cultural, econômico, seja na esfera ambiental. Aliás, uma das principais críticas em torno do crescimento desenfreado identificado naquela Região é expressa, entre outros elementos, pela destrutividade da cultura de populações tradicionais que que tinham na pesca sua principal forma de subsistência.

A construção da Refinaria, um dos maiores projetos operados no Complexo de Suape tem tem implicado em questões sociais graves, com destaque para aquelas que dizem respeito à ausência de infraestrutura nos municípios que mais diretamente abrigam estes trabalhadores e de estruturação de políticas sociais para atender às suas necessidades sociais.

Suape é, na compreensão dos representantes políticos, intelectuais e empresariais, o símbolo do desenvolvimento de Pernambuco e o território das oportunidades, o que faz com que se construa, em torno dessa realidade, um discurso consensual, dirigido para aqueles que ali trabalham, em relação à noção de pleno emprego, de status econômico e social, de garantia de empregabilidade. Na região e no Estado, de modo geral, reconhece-se a importância de Suape como *um oásis ou eldorado*, onde comparece fortemente a ideia de um novo ciclo de desenvolvimento do Nordeste e particularmente de Pernambuco, caracterizando aquilo que a economista Tânia Bacelar se referiu como sendo a “virada histórica” da região (2011).

Estes empreendimentos trazem impactos para as diferentes esferas da vida social. Mas é no âmbito da economia onde se localiza o consenso em torno do qual o discurso deste crescimento é construído. Governo, empresários e trabalhadores confluem na ideia de que tais empreendimentos, independente das condições em que operam e administram o grande contingente de trabalhadores, são responsáveis diretos pelo soerguimento da economia de Pernambuco e o lugar que ela ocupa no cenário brasileiro na atualidade. Aqui, igualmente, o discurso das oportunidades e da empregabilidade ganha força junto à sociedade, construindo uma cultura de que é possível a garantia da inserção no mercado de trabalho mediante a qualificação profissional e/ou outras modalidades de caráter individual que permitam a oferta/venda de serviços para as empresas do Complexo.

A despeito dos anúncios sistemáticos sobre a realidade de um processo de desindustrialização no país – expresso no baixo valor adicionado da indústria de transformação no PIB e queda na participação do emprego total, em Pernambuco e no Nordeste essa realidade se mostra à margem dos

² Convém destacar outros grandes empreendimentos que vem sendo implantados em Pernambuco, como Fiat – Montadora, Hemobrás - Fábrica de Hemoderivados, rodovia Transnordestina, dentre outros, todos concentrando um esforço do poder público no sentido de alocar recursos e estabelecer parcerias para impulsionar a economia do estado.

dados anunciados. Segundo dados jornal Diário de Pernambuco (2013), o estado tem apresentado um aumento significativo de cerca de 2,3% do PIB, em contraste com 0,9% da média nacional.

Do ponto de vista da intervenção do Estado, aquele aglomerado industrial, com fortes ramificações de empresas de serviços que dão sustentação ao processo produtivo constitui o Território Estratégico de Suape, iniciativa que pretende planejar o desenvolvimento dos municípios que giram em torno daquela atividade econômica.

O desenvolvimento econômico sem que haja uma correspondência ao desenvolvimento social daquela região, expresso na ausência/insuficiência de políticas públicas como saúde, educação, transporte, saneamento, e de equipamentos sociais básicos que respondam pelas necessidades dessa nova população trabalhadora tem favorecido um quadro de rebeldia e de resistência em face dos processos de superexploração do trabalho a que estão submetidos os trabalhadores, na sua maioria subcontratados e submetidos a intensos processos de precarização. Rebeldia e resistência que se organizam desde 2011 e se manifestaram nas primeiras mobilizações e greves que envolveram milhares de trabalhadores.

Pode-se afirmar que as condições de trabalho em muitas das empresas ali alocadas estão na contramão deste desenvolvimento econômico. Ao analisarmos as pautas de reivindicação dos trabalhadores, evidenciamos que em todas elas a questão das condições de trabalho está presente: para além dos reajustes salariais, os trabalhadores reivindicam o pagamento de horas-extras, melhorias nos alojamentos e na alimentação, local adequado para banho. Além destas reivindicações, aspectos relacionados às políticas sociais também são objeto das manifestações: acesso/ampliação a benefícios sociais empresariais (atendimento odontológico gratuito no canteiro de obras, auxílio residência, pagamento antecipado de passagens aéreas para trabalhadores que moram fora do Estado).

As grandes manifestações dos trabalhadores do Complexo, especificamente das obras de construção da Petroquímica Suape e da Refinaria Abreu e Lima que ocorreram no decorrer em 2011 e tiveram continuidade em 2012 são bastante elucidativas ao demonstrarem que o crescimento econômico que se observa no estado não está sendo acompanhado por iniciativas que garantam o desenvolvimento social, elemento que está presente no discurso do chamado novo ciclo de desenvolvimento do Estado brasileiro, ou, “novo desenvolvimentismo”.

As políticas trabalhistas implementadas pelas empresas do Complexo tem gerado uma permanente insatisfação nos trabalhadores, insatisfação esta que se expressa nas formas de resistência por ele articuladas, a exemplo da depredação de ônibus, incêndios em alojamentos, barricadas nas rodovias de acesso ao Complexo, e outras manifestações que não são isoladas. Nessa mesma direção, observam-se que em grandes empreendimentos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – como nas obras da Hidrelétrica de Jirau – Rondônia, do Porto de Pecém – Ceará, e da Hidrelétrica de Belo Monte – Pará, os trabalhadores também se mobilizaram por melhorias nas condições de vida e de trabalho e utilizaram as mesma estratégias de enfrentamento com os patrões nos canteiros de obras, caracterizando o que Braga (2012) chamou de uma “onda de rebeliões operárias”.

O elemento comum dessas paralisações foram as reivindicações que expressavam as precárias condições de vida e de trabalho, o que, levou o Autor a indagar se isso seria um indicativo “para dissolver a invisibilidade da periferia capitalista brasileira, trazendo para o centro da pauta política nacional o debate sobre o avesso do atual modelo de desenvolvimento brasileiro” (idem: p.234).

As empresas do Complexo, inseridas nessa lógica de potencializar o processo de acumulação capitalista, pela via da superexploração, e alardear o êxito do modelo de desenvolvimento brasileiro, têm adotado diferentes estratégias para enfrentar os conflitos trabalhistas que decorrem das precárias condições de vida e de trabalho já aludidas.

Neste quadro, as empresas - quer sejam as que empregam diretamente os trabalhadores ou as que os subcontratam - inclusive nas modalidades de terceirização e quarteirização- exigem altos índices de produtividade e de intensificação da jornada de trabalho. A superexploração do trabalho vem sendo

denunciada por trabalhadores ao Ministério Público de Pernambuco, bem como o não cumprimento de acordos coletivos relativos a melhorias nas condições de trabalho.

Às novas configurações do mundo do trabalho correspondem distintas formas de enfrentamento da organização dos trabalhadores. Nesses últimos anos, o que observamos, no geral, é que tanto o Estado como o empresariado tem dado respostas de caráter repressivo às reivindicações e mobilizações dos trabalhadores de Suape.

Os movimentos grevistas que estão em curso nas empresas do Complexo evidenciam uma contradição que é própria da dinâmica capitalista, na qual a implantação de grandes obras se dá *pari passu* à degradação das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

As paralisações e mobilizações dos trabalhadores do Complexo demonstram este paradoxo e estão relacionadas à forma como são conduzidos os grandes projetos de desenvolvimento no país: erguendo-se sem planejamento e infraestrutura adequados e sob formas de precarização do trabalho que rebaixam as condições de reprodução do trabalhador, a despeito do acesso ao consumo de bens e serviços que tem sido observado em face dos ganhos salariais advindos da inserção dos trabalhadores na região.

Estas paralisações encontram o movimento sindical brasileiro, especialmente aquele setor reconhecidamente mais combativo na década de 80, praticamente ocupado pela burocracia sindical moderna, cuja maior expressão é a Força Sindical.

No Brasil, desde os anos 1980, o movimento sindical vem passando por profundas modificações, tanto do ponto de vista prático-organizacional quanto do ponto de vista político-ideológico. Na referida década, os movimentos sociais, onde se inclui o sindical, vivenciou significativo aumento no número de sindicalizados e de mobilizações grevistas e os setores mais politizados dos trabalhadores imprimiram a marca da combatividade nas suas lutas. A criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores – deu força a estes movimentos pautados na perspectiva de confronto com o capital, luta por melhorias nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e conquistas históricas no âmbito econômico-corporativo. A formação de lideranças políticas expressivas foi um legado desse processo.

Nos anos 1990 do século passado, as metamorfoses engendradas com o complexo de reestruturação produtiva do capital impactaram o mundo do trabalho e também a forma de organização e resistência da classe trabalhadora. Na compreensão de Amaral (2005:212)

[...] tanto a CUT quanto a Força Sindical atuaram de forma decisiva para atualizar suas estruturas internas e qualificar seus intelectuais — dirigentes e assessores — para participarem dos processos de negociação com o Estado, captarem recursos, definirem cursos prioritários para o movimento sindical, enfrentarem as conseqüências da reestruturação no plano da produção e tomarem parte do projeto de inclusão, o qual, no campo sindical, tomou a forma de sindicato-cidadão e, na sociedade, se expressou nas iniciativas de apoio aos pequenos negócios, às cooperativas, ao voluntariado, entre outras. Pode-se afirmar que, neste momento, as formas de luta mais combativas, traço distintivo da CUT em relação às outras centrais sindicais, especialmente a Força Sindical, deram lugar à fundação de um outro momento histórico nas relações entre Estado-empresários-trabalhadores. Momento este em que o setor majoritário da CUT privilegiou a ação econômico-corporativa, negocial e acatou propostas que rebaixaram o seu programa de lutas, acompanhando um movimento ideológico que se dá sem o recurso do confronto aberto — diga-se de passagem, não mais necessário — já que o Estado se abre para um leque de reformas que interessa ao campo do trabalho.

Ao analisarmos essas mudanças no âmbito das representações sindicais e das suas estratégias de ação, podemos dizer que as determinações econômicas e políticas que edificaram uma nova cultura do trabalho em nível mundial e na particularidade brasileira deslocaram o campo de um sindicalismo combativo, classista e de confronto para um modelo neocorporativo de sindicato, disposto à participação e a negociações com o capital, configurando o chamado “sindicalismo de resultados”.

Seguindo esta trilha, Dias e Bosi (2005), vão analisar esse processo a partir da necessidade do modo de produção capitalista se reestruturar, dadas as suas crises inerentes, e neste processo de reorganização/reconfiguração se opera uma transformação das relações sociais e de trabalho, tendo em vista a totalidade da vida social, alterando a dinâmica de relações com o Estado e também com a classe trabalhadora e se constituindo novas formas na relação capital/trabalho.

Suape, portanto, um dos grandes centros de desenvolvimento do país, é parte da contradição própria do capitalismo: alia desenvolvimento econômico à miséria e precarização do trabalho. Torna-se, nesse contexto, ambiente de formação de um mundo do trabalho que reclama por formas de defesa da classe trabalhadora, sem que, necessariamente, haja uma direção e organização articulada nos termos de um sindicalismo classista dos anos 80 ou mesmo de um sindicalismo colaboracionista, tal como se verificou nos anos 90. Mas estas afirmações não significam que sustentemos a ideia de formação de uma “nova classe operária”, como defendem alguns analistas.

Ainda assim, os conflitos trabalhistas e as paralisações ocorridas nas principais obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Brasil, estão tendo uma visibilidade tal, que tem obrigado os sindicatos e o Estado a intervir sobre suas demandas.

Do ponto de vista dos meios de comunicação que têm a função de construir processos hegemônicos na sociedade, a nossa pesquisa identificou que, ao abordar a questão das mobilizações no Complexo, as matérias veiculadas dão pouco enfoque quanto às reais condições de trabalho e as reivindicações dos trabalhadores. A perspectiva trabalhada chama a atenção para a ilegalidade das paralisações, para o atraso nas obras, ressaltando a negatividade do direito de reivindicações que é assegurado à classe trabalhadora. Destaca-se, ainda, na caracterização midiática um discurso que visa criminalizar as manifestações dos trabalhadores e criar um sentido de fragmentação entre a classe trabalhadora na sua totalidade, haja vista o enfoque nos elementos ditos de “desordem” nas paralisações.

O que é enfático nos conteúdos disseminados é o crescimento econômico observado naquela região e os ganhos com o “desenvolvimento” decorrentes da expansão dos investimentos no Complexo de Suape, de maneira que as reais e precárias condições de trabalho da grande massa de trabalhadores não são problematizadas. A situação de prosperidade econômica que se observa no estado se sobressai em relação às questões da superexploração e de precarização do trabalho a que estes estão submetidos.

Por outro lado, também não se percebe referência à regulação eficiente do estado, no que tange à fiscalização das condições de trabalho, por parte de órgãos públicos. No caso das manifestações nas empresas de Suape, as negociações se deram após os fatos consolidados e o aumento das tensões entre os trabalhadores e empresas.

Como já mencionamos, entre as obras do PAC o que se ressalta, nessa combinação entre crescimento econômico e desenvolvimento de ações sociais por parte do Estado, é que as condições de trabalho- em face da massiva absorção de força de trabalho, da heterogeneidade e perfil dos trabalhadores, em termos da sua origem, qualificações e trajetórias ocupacionais- são parte da contradição própria do capitalismo: crescimento econômico aliado ao pauperismo e à precarização do trabalho, com degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Essa é a particularidade do modelo de desenvolvimento na periferia capitalista.

Constatamos, na realidade do Complexo, que o legado de experiências sindicais desses anos 80 não se constituiu em referência para as manifestações dos trabalhadores ocorridas na região, quase 30 anos depois. Além de não terem vivenciado esse período histórico, essa geração de trabalhadores se vê

diante de novas exigências ao processo produtivo que reduzem a sua capacidade de fazer política. Principalmente, no interior das empresas capitalistas reconfiguradas.

É fato que o movimento dos trabalhadores de Suape nos últimos anos tem sido caracterizado pela heterogeneidade de representações e interesses. A ausência de direção política que permita canalizar interesses das forças em presença, tem se constituído em uma das maiores dificuldades para a existência de um processo organizativo. No contexto de provisoriedade das obras e de perda dos vínculos de trabalho após o seu término, não se cogita uma articulação orgânica do movimento sindical, ainda que com todas as suas particularidades e diferenças. Nessa perspectiva, coloca-se como tarefa fundamental a necessidade de apreensão das relações existentes entre o padrão produtivo que se desenvolve no Estado e as estratégias de ação coletiva dos trabalhadores da região do Complexo, diante das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho.

Nesse contexto, ainda que se referenciem as iniciativas governamentais que promovem e atestam a ampliação dos postos de trabalho, dos salários e do acesso ao consumo promovido por esse atual modelo de desenvolvimento, também crescem as manifestações e as lutas massivas, cujo conteúdo das reivindicações são expressos naquilo que Braga (2013) denomina como “inquietação social”. Os movimentos e as lutas ativados pela realidade de superexploração e precarização do trabalho apresentam-se de forma desorganizada, e, podemos dizer despolitizada, razão pela qual ainda não encontraram eco no conjunto da sociedade.

Ao se aprofundarem os processos de superexploração do trabalho, estes trabalhadores não encontram organicidade com a representação sindical, que, no capitalismo contemporâneo se caracteriza por um participacionismo e colaboracionismo com o capital. Essas características demarcam a virada do sindicalismo brasileiro com a reestruturação produtiva do capital.

No caso específico das entidades sindicais que disputam a representação dos trabalhadores ali presentes, as centrais com maior representatividade entre os trabalhadores são a Central Única dos Trabalhadores – CUT – e a Força Sindical, ambas com intervenção política naquele território. Segundo dados do Jornal do Comércio (2012), a Central Única dos Trabalhadores, vinculada ao PT, possui 30,70% de representatividade entre os trabalhadores, e a Força Sindical, ao PDT, 13,70%.

Em Suape, observamos que as principais representações dos trabalhadores não conseguem imprimir uma unidade no processo organizativo, o que nos parece revelar, além de um descolamento entre as reais necessidades dos trabalhadores e a ausência de direção para que as propostas de negociação sejam encaminhadas, que as tradicionais práticas organizativas não têm respondido às demandas dos trabalhadores. Não queremos aqui afirmar que o sindicato enquanto instância de representação de interesses dos trabalhadores não seja mais viável, mas sob as condições atuais, há que se disputar e reorganizar os trabalhadores com base em uma perspectiva de classe e não em interesses fragmentados, difusos e imediatistas.

Com base nas reportagens extraídas no Jornal do Comércio (AGO, 2012) é possível retratar a divergência existente entre a base dos trabalhadores de Suape e suas representações sindicais, a exemplo da matéria: “Empresas pedem reforço do policiamento na refinaria para esta quinta”

Na manhã desta quarta, milhares de trabalhadores rejeitaram o acordo firmado com os patrões pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Montagem e Manutenção Industrial (Sintepav). Por conta disso, apedrejaram representantes do sindicato e queimaram vários ônibus. Ao todo, eram 44 mil trabalhadores em greve (Jornal do Comércio, 2012).

Diante da situação, o Sindicato dos trabalhadores da refinaria publicou uma nota de repúdio aos “atos de vandalismo”, conforme destacado:

O Sintepav-PE reitera o seu apoio incondicional à causa dos seus filiados, mas repudia ações isoladas e que ocorrem fora da legalidade. Pois é fato que o trabalhador, o pai de família, o homem de bem, jamais se utilizaria de métodos da "idade da pedra" para reivindicar seus benefícios. Ele sabe que este não é o caminho. O trabalhador moderno e inteligente acessa a internet, lê jornal e está muito bem informado a respeito da forma correta de exigir seus direitos. É através dos meios legais que conseguimos muitos avanços nos últimos anos (Jornal do Comércio, 2012).

Para entender as formas de resistência articuladas por essa nova geração de trabalhadores também é necessário entender a mediação do Estado nesses conflitos. De um ponto de vista geral, podemos observar a judicialização dos conflitos e o papel dos tribunais e de outras instâncias estatais no encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores.

Mas, o que nos chama atenção nesse processo é que, apesar de termos um outro perfil de trabalhadores, distinto daquele que expressa o processo de redemocratização brasileira, não se configura, ainda, um outro tipo de operariado, em termos de sua composição, interesses de classe e prática política-organizativa. .

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível apreender que a nova dinâmica econômica do estado de Pernambuco tem contribuído para tecer uma “nova” cultura do trabalho, ancorada nas noções de progresso, oportunidades, inclusão social e empregabilidade. Esses elementos da “nova” cultura não significam que aí se formou um novo operariado, mais passivo e adaptado aos requerimentos capitalistas, muito embora tenhamos que reconhecer a existência de renovadas dinâmicas das lutas operárias.

A despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais que perpassa a diversidade dos interesses dos trabalhadores e de suas representações, presentes naquela região, impede a articulação de outros projetos combativos e com direção política. Assim, permanecem os elementos econômicos-corporativos, isentos dos antagonismos que marcam as relações entre capital e trabalho.

Suaape tornou-se, nesse contexto, ambiente de formação de um mundo do trabalho que reclama por formas de defesa da classe trabalhadora, tendo em vista a ausência de uma direção e organização articulada nos termos do que significaram as lutas dos anos 1980. A conjuntura, evidentemente, revela outras determinações.

Se por um lado podemos afirmar que o poder público se mostra comprometido com os interesses de expansão do capital, exercendo um importante papel na alocação de recursos e financiamento da economia, por outro se apresenta inexpressivo na regulação e acompanhamento do cumprimento das reivindicações dos trabalhadores. Nesse sentido, tem deslocado os conflitos e sua negociação para o âmbito jurídico.

É importante enfatizar que nesse cenário, a mídia, enquanto aparelho privado de hegemonia utiliza um discurso visando disseminar a ideia de crescimento econômico e os ganhos com o “desenvolvimento” decorrentes da expansão dos investimentos no Complexo de Suaape, de maneira que as reais e precárias condições de trabalho da grande massa de trabalhadores não são problematizadas.

O “milagre econômico” que é reeditado sob as bases de que é possível crescer economicamente, e, *pari passu*, desenvolver iniciativas sociais e ambientalmente sustentáveis, com distribuição de renda, não parece se concretizar plenamente nesses grandes empreendimentos. A realidade estudada expõe a face destrutiva do capitalismo: do ponto de vista da renda, esta pode até colocar os trabalhadores em outra posição econômica, mas não pode ocultar as crescentes desigualdades que se revelam na totalidade da vida social.

Nesse contexto, o que podemos afirmar, a título de tendências e considerações é que o padrão de desenvolvimento que se consolida na região de Suaape também tem contribuído para gerar as

resistências, mas, até o momento, elas não têm sido capazes de fomentar uma outra cultura do trabalho que negue a sociabilidade requerida pelo capital aos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, G. 2000 A fragmentação de classe- Aspectos do novo (e precário) mundo do trabalho. In: O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo Editorial.

Amaral, A. 2005 O projeto dos trabalhadores para a qualificação profissional. In: *Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Diário de Pernambuco. 2011. Caderno de economia, 16 de Maio de 2011.

Diário de Pernambuco. 2013. Caderno de opinião, 24 de Março de 2013.

Jornal do Comércio. Caderno de economia, 26 de Agosto de 2012.

Lima, J. C. 1996 *Trabalho, Mercado e formação de classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco*. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB.

Lima, J. P. R. Sicsú, A. B. Padilha, M. F. G. 2007 Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. In: *Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 4, outubro, p. 525-541.

Mota, A. E; Amaral, A; Peruzzo, J. 2010 Novo desenvolvimentismo e Políticas Sociais na América Latina. In: *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife, Editora Universitária.

NE10. 2012. *Em nota, Sindicato dos trabalhadores da refinaria repudia "atos de vandalismo"*. 08 de Agosto de 2012. Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/08/08/em-nota-sindicato-dos-trabalhadores-da-refinaria-repudia-atos-de-vandalismo-51990.php> Acesso em 10 de Agosto de 2012

NE10. 2012. *Empresas pedem reforço do policiamento na refinaria para esta quinta*. 08 de Agosto de 2012. Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2012/08/08/empresas-pedem-reforco-do-policiamento-na-refinaria-para-esta-quinta-52033.php> Acesso em 10 de Agosto de 2012

Oliveira, F. 2008. *Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste*.

Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo.

Pernambuco. 2012. Secretaria de Planejamento e Gestão. Agência CONDEPE/FIDEM. *Estudos dos impactos dos investimentos na economia pernambucana: unidades da BR Foods, Hemobrás, Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape, Refinaria Abreu e Lima*. Disponível em http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=bd676e1a-8bdd-496f-8eb0-b32019d6b4d7&groupId=19941 > Acesso em 25 de Abril de 2012.

Ramalho, J. R. 1997. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: In: ANTUNES, Ricardo (Org). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo, Boitempo, p. 85-113.

Vasapollo, L. 2007. Um novo sujeito de classe: o trabalhador precário. In: Por uma política de classe. Uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo, 1ª edição. Editora Imprensa Popular.